



## PODER LEGISLATIVO

Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas

**Comissão de Constituição, Justiça e Redação**

**Comissão de Finanças Públicas**

**Comissão de Obras, Patrimônio e Serviços Públicos**

**Deputado Estadual Orlando Cidade - RELATOR**



PARECER CONJUNTO N.º \_\_\_\_/2017.

**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 09/2017**

**PROPONENTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS**

**RELATOR: Deputado ORLANDO CIDADE**

**PROMOVE** as alterações que especifica na Lei Complementar n. 11, de 17 de dezembro de 1993, que “Dispõe sobre a lei orgânica do Ministério Público do Estado do Amazonas e dá outras providências”.

### **I – RELATÓRIO:**

O Excelentíssimo Procuradora-Geral de Justiça, Dr. CARLOS FÁBIO BRAGA MONTEIRO, submete a apreciação deste Poder Legislativo, o Projeto de Lei Complementar n. 09/2017, que **PROMOVE** as alterações que especifica na Lei Complementar n. 11, de 17 de dezembro de 1993, que “Dispõe sobre a lei orgânica do Ministério Público do Estado do Amazonas e dá outras providências”.

A Propositura esta capeada pelo Ofício n. 2562.2017.PGJ.1205128.2017.8461, datado de 29 de agosto de 2017, subscrito pelo Procuradora-Geral de Justiça, Dr. CARLOS FÁBIO BRAGA MONTEIRO.

Vindo os autos as Comissões, fui designado pelo Presidente deste Poder para atuar conjuntamente, como parecerista.

É o relatório.



## PODER LEGISLATIVO

Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas

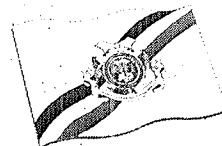
**Comissão de Constituição, Justiça e Redação**

**Comissão de Finanças Públicas**

**Comissão de Obras, Patrimônio e Serviços Públicos**

**Deputado Estadual Orlando Cidade - RELATOR**

---



### **II – FUNDAMENTAÇÃO**

O Excelentíssimo Procuradora-Geral de Justiça, Dr. CARLOS FÁBIO BRAGA MONTEIRO, submete a apreciação deste Poder Legislativo, o Projeto de Lei Complementar n. 09/2017, que PROMOVE as alterações que especifica na Lei Complementar n. 11, de 17 de dezembro de 1993, que “Dispõe sobre a lei orgânica do Ministério Público do Estado do Amazonas e dá outras providências”.

O Projeto de Lei Complementar tem como escopo estabelecer alterações em dezoito artigos da Lei Complementar 011/1993 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Amazonas).

A alteração legislativa pretendida trata de questões *interna corporis* do Ministério Público do Estado do Amazonas, objetivando alinhar a atuação do órgão com uma perspectiva gerencial e planejada, a fim de que a cadeia de processos e procedimentos sejam conduzidos e executados com celeridade, eficiência, segurança jurídica e transparência.

Dispõe o §2º do art. 127 da Constituição Federal, que ao Ministério Público é assegurada autonomia funcional e administrativa, podendo, observado o disposto no art. 169, propor ao Poder Legislativo a criação e extinção de seus cargos e serviços auxiliares, provendo-os por concurso público de provas ou de provas e títulos, a política remuneratória e os planos de carreira; a lei disporá sobre sua organização e funcionamento.

### **III – VOTO DO RELATOR**



## PODER LEGISLATIVO

Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas

Comissão de Constituição, Justiça e Redação

Comissão de Finanças Públicas

Comissão de Obras, Patrimônio e Serviços Públicos

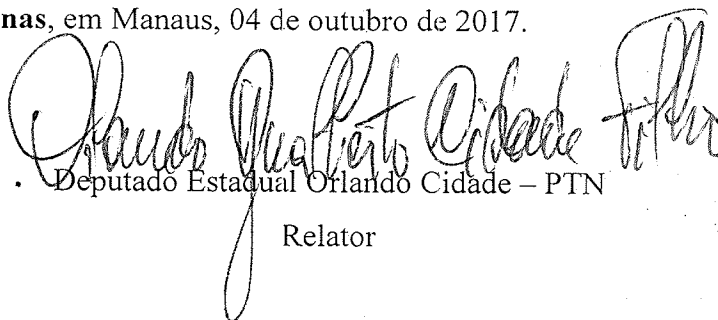
Deputado Estadual Orlando Cidade - RELATOR

---



De todo o exposto, estando presentes os requisitos formais, materiais, orçamentários e administrativos exigidos para a presente propositura apresentada, encontra-se de acordo com os ditames da Lei. Levando-nos, portanto, a impulsionar a **MANIFESTAÇÃO FAVORÁVEL** a sua aprovação, pelos Colegiados Técnicos que aqui se manifestam conjuntamente.

Sala de Reuniões das Comissões de Constituição, Justiça e Redação, Finanças Públicas e de Obras, Patrimônio e Serviços Públicos da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, em Manaus, 04 de outubro de 2017.

  
Deputado Estadual Orlando Cidade – PTN  
Relator